

há assinada para que produza os seus efeitos legais.

Guilherme
Salvador
Guand.

Ata da Primeira Reunião Extraordinária, do Primeiro Período Ordinário, do ano de mil e novecentos e oitenta e nove (1989), realizada no dia sete de março do ano em curso.

Os vinte horas do dia sete de março do ano de mil e novecentos e oitenta e nove (1989), sob a presidência do Senador Jâmio dos Santos Mendes e, com a ocupação da primeira e segunda secretarias pelos Senadores: Waldemir Rodrigues de Fozes e Joaquim Pacheco Filho, reuniu-se extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, responderam a chamada nominal os seguintes Senadores: Acyr Silva da Rocha, Gerson Ferra de Figueiredo, Bemildo Mota, Carlos Roberto Nogueira dos Santos, Carlos Roberto Silva, Geneson Jardim, Félix da Costa Gomes, José Oscar Elias Marcas Valério Corrêa Sant'Anna, Osmar Sampaio da Silva, Orlando da Silva Pereira, Valfredo Santos da Silva e Wilmar Monteiro. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente reunião em nome de Deus. Não havendo Ata confeccionada para ser lida, nem anáforas inventes para o uso da Infância, o Senhor Presidente transportou os trabalhos ao regimento dedicado à ORDEM DO DIA. Nesta etapa, foi aprovado o Parecer Conjunto Sabará nº 1289, de autoria do Senador Acyr Silva da Rocha. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse esta Ata que, depois de lida, submetida à apreciação plenária, aprovada, será assinada para que produza os seus efeitos legais.

Guilherme
Salvador
Guand.

Ata da Quarta Reunião Ordinária do Primeiro Período Ordinário do ano de mil e novecentos e oitenta e nove (1989), realizada no dia nove de março do ano em curso.

As dezessete horas do dia nove de março do ano de mil e novecentos e oitenta e nove (1989), sob a presidência do Senador Jâmio dos Santos Mendes e, com a ocupação da primeira e segunda secretarias pelos Senadores Waldemar Rodrigues de Frazenda e Adalton Pinto de Andrade, reuniu-se ordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Além desses, não ponderam a chamada nominal os seguintes Senadores: Luiz Silva do Rocha, Aires Benno de Figueiredo, Carlos Roberto Albuquerque dos Santos, Carlos Roberto Silva, Dervon Jardim, Jonímio Pacheco Filho, José Inácio Elias, Marcos Valério Correia Sant'anna, Osmar Sampaio da Silva, Orlando da Silva Pereira, Wilmar Monteiro e Valfredo dos Santos Silva. Havendo número regimentoal, o Senhor Presidente declarou aberta a presente reunião em nome de Deus. A seguir, foi lida e aprovada a Ata da Reunião de Instalação do Primeiro Período Regulativo Ordinário. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou do 1º Secretário que fizesse leitura do Expediente contendo a Pauta da Ordem do Dia, que constava do seguinte: Projeto de Resolução nº 003/89, de autoria do Senador Waldemar Rodrigues de Frazenda, dispõe sobre concessão de título de cidadão Cabofriense ao Senhor Adolpho Cruz. Requerimento nº 37/89, da autoria do edil Orlando da Silva Pereira, dispõe sobre convocação ao Secretário Municipal de Fazenda, para que, em plenária, justifique a elevação do IPTU para o exercício de 1989. Requerimento nº 38/89, de autoria do edil Adalton Pinto de Andrade, dispõe sobre envio de Expediente ao Excelentíssimo Secretário de Segurança Pública do Estado, Dr. Hélio Saboya Ribeiro, solicitando implantação de um posto Policial no Bairro Jardim Esperança. Requerimento nº 39/89, de autoria do Senador Waldemar Rodrigues de Frazenda, dispõe sobre pedido de informações ao Ilustíssimo Senhor Adalberto José Ferreira Amaral, Chefe do DITRAN, Requerimento

nº 40189, do mesmo autor, solicita ao chefe do DITAN, Senhor João Sen-
 heira do Amaral, providenciar no sentido de viabilizar a recuperação
 dos ninhos de trânsito de imediações de todas as escolas existim-
 les nas áreas de maior risco. Requerimento nº 41189, de autoria de
 edil Carlos Roberto Nogueira dos Santos, solicita ao Excelentíssimo
 Senhor Prefeito Municipal, que encaminhe a esta Casa o Projeto de
 Obra do Edifício da Guemida Genunção nº 883. Indicação nº 14189,
 de autoria de edil Valfredo dos Santos Silva, solicita ao Senhor Prefe-
 to Municipal, referenciar para o Mercado de Peixes, localizado à En-
 trada dos Pannageiros, Indicação nº 15189, do mesmo autor, solici-
 ta ao Senhor Prefeito Municipal construção de Creche no Bairro Sta-
 zuru. Indicação nº 20189, de autoria de Vereador Adailton Pinto de An-
 drade, solicita ao Senhor Prefeito Municipal a implantação de um Po-
 sto de Saúde no Bairro Penó, nesta cidade. Indicação nº 22189, da fa-
 vora de edil Jonênis Pacheco Silva, dispõe sobre pedido de construção
 de "Comcha Acústica" no Bairro São Cristóvão. Indicação nº 23189, do
 mesmo autor, solicita ao Senhor Prefeito Municipal, construção de pista
 de "SKATE" na Praça Alfredo Castro, no São Cristóvão. Indicação nº 241-
 89, do mesmo edil, solicita ao Senhor Prefeito Municipal, manutenção e
 reparação de luminárias na Praça Alfredo Castro. Indicação nº 25189, do
 mesmo autor, solicita prioridade quanto o data de pagamento para os
 mativos e pensionistas da Prefeitura Municipal. Indicação nº 261-
 89, de autoria de Vereador, Adailton Pinto de Andrade, dispõe sobre envio
 de Expediente ao Senhor Prefeito Municipal, solicitando prioridade pa-
 ra o término de obras da praça localizada no Jardim Esperança diso-
 Caçara. Indicação nº 27189, de autoria de edil Wilson Abombino, soli-
 cita ao Senhor Prefeito Municipal, ajuda de custo para estudantes un-
 versitários. Indicação nº 28189, de autoria de Vereador Wilson Ro-
 drigues de Racerda, solicita ao Senhor Prefeito Municipal, mobilização
 para Comento de Equipamentos no Colégio 31 de março. Terminada a
 leitura do Expediente, o Senhor Presidente, transpôs os trabalhos ao
 regimento dedicado aos Oradores Invitados. A seguir, ocupou a tribu-
 na o Vereador Carlos Roberto Nogueira dos Santos, iniciou sua fala, dizen-
 do que mais de dois meses já se haviam passados desde a posse do
 Prefeito Juv Saldanha, e que algumas questões obrigatoriamente tinham

que fossem aborridas pela Casa, até porque eram vitais e angustiantes para o Município de Cabo São. Proximando abordei a questão da transparência tão apreciada nos comícios do Prefeito e no presente, afirmada por seus seguidores, mas que de forma alguma parecia tão afirmações de maneira concreta, pois desconhecia-se até aquela data o número exato de funcionários da Prefeitura, o número exato dos devedores. Disse também que o que se via no Governo São Saldanha, era uma verdadeira "casa ao bruxas", muitas vezes de maneira até humilhante para os funcionários, pois se houve irregularidades na contratação dos servidores, acreditava que punidos deviam ser os responsáveis por tais atos, mas nunca o funcionário que trabalhava, pelo que pretendava. Adiante disse que até levava a política de contenção de despesas da Municipidade, que o que se afirmava estava sendo praticada, mas que não entendia por contenção de despesas a contratação de novos servidores para o Graça, quando funcionários que trabalhavam no local, a quarenta e dois quilômetros da sede do Município, eram trazidos para Cabo São, em caminhão "capanga", comendo uísco de vido, o que implicava em novas despesas, desde transporte a alimentação, sendo mais coerente que tais servidores ressionem suas funções no local onde mantinham residência, o que realmente não entendia. Concluiu afirmando que havia falta de transparência ou "burrice mesmo". Indaguei também sobre a precarização da Prefeitura, do balancete, e que até aquela data não se via o prometido "quadro de prestação de contas" em praça pública. Indaguei também sobre a ocupação de uma loja de edifício da Padaria Reymar, por uma secretaria que ainda não havia sido criada por lei, e quanto era pago de aluguel e até mesmo se a loja havia sido empreitada, perguntas que ficaram no ar porque a Prefeitura não dava conhecimento público, pecava pela inexistência de tão propagada e necessária transparência. Quanto ao local onde o Prefeito despachava todos sabiam por no Hotel Cabanas Veraneio, indagando como o mesmo estava sendo utilizado, como estava sendo pago, e segundo se sabia, funcionários da Prefeitura estariam hospedados naquele hotel, indagando mais uma vez onde estava a transparência do Governo São Saldanha. Salutei também que até aquela data, a Prefeitura não havia informado com dados concretos e convincentes, sobre a auditoria que

naria realizada nos contos do Governo anterior, que segundo
 suspeitas, teria transgredido normas na gestão do caixa pública
 e que a opinião pública aguardava manifestação a respeito. Alca-
 dando a dubiedade do transporte público, disse que havia uma com-
 pleta indefinição a respeito, visto que o Governo Municipal havia in-
 stituído Comissão para estudar o assunto, inclusive com a partici-
 pação de Vereadores, e que apesar de inúmeras reuniões a implan-
 tação de uma nova Empresa de ônibus em Cabo São João ainda estava
 no terreno das especulações. Prosseguiu, disse que em tais reu-
 niões os Associações de Abordadores presentes, haviam extraído deli-
 berações importantes para a questão do transporte coletivo, discor-
 riamos com a imediata execução de concorrência pública, sendo de
 se entender que a irmã do Sr. João Saldanha, não se valendo o que
 netas sentença na Administração, afirmou através da Imprensa
 que já havia uma Empresa pronta para operar linhas intermuni-
 cipais, indagando como uma Empresa iria se instalar na cidade sem
 concorrência, enfatizando que estava uma Salveira em Cabo São
 João mentou que as manifestações oriundas das Associações de Abor-
 dadores e outras entidades do Município, com relação ao transporte pú-
 blico com imediata aplicação de concorrência pública houvessem sido
 desrespeitadas frontalmente pela Administração Municipal, quando
 o Prefeito João Saldanha, em campanha prometia um governo eminentemente
 participativo. Ateve-se adiante ao atraso que verificava no
 pagamento do funcionalismo público, com o clima de incerteza que
 vinha gerando a desorganização da máquina administrativa do
 Município. Fazendo alusão a Requerimento do Vereador Waldemar Ro-
 drigues de Fazenda, dirigido ao Prefeito Municipal, solicitando informa-
 ções a respeito da situação do funcionalismo Municipal, disse que
 iria aguardar para então ter uma posição sobre a questão, pelas an-
 tidades que não eram só da Câmara, mas de toda a população do Mu-
 nicípio de Cabo São, encerrando sua peroração. Logo após, ocupou a
 tribuna o Vereador AÍRES Berra de Siqueira de, iniciou sua fala reiteran-
 do termos de seu promunciamiento anterior, quando afirmava que o
 Sr. João Saldanha, era o funcionário mais caro do Prefeitura, isto porque
 estava exercendo cargo como se aprendeu nas atividades, o que comide

ava incoerente e improdutivo para o Município, além de emenda, pois lhe faltava capacidade administrativa. Prorroguindo disse que para o que o pagamento de jamaína fosse efetuada, fora necessário que os funcionários protestassem energicamente, visto a despeito, a fome e os compromissos a serem cumpridos, chegando até a quebrarem alguns vidros de uma Secretaria e invadindo o Gabinete do Prefeito. Disse que fora necessário tal ocorrência, depressamente e nunca vista na história do Município, para que o Dr. José Roberto Rocha encontrasse uma solução e pagasse os funcionários. Prorroguindo, disse que ao falar da incapacidade administrativa do Prefeito, disse lembrar-se de uma novela do Canal 4, onde o povo a qualquer custo tentava eleger o Sarrá Muletama, Prefeito da fictícia Sangará, não importando se a promessa figura era ou não competente, importando que o povo apenas desejou eleger o Sarrá Muletama, e que em Cabo Frio a ficção se tornaria realidade, pois o povo esqueceu, não quis saber se o Dr. Sarrá era capaz ou não, com um lenço do eleitorado elegendo o Prefeito do Município de Cabo Frio. Disse a seguir, que enquanto o funcionalismo tinha seus salários pagos com atraso, a Municipalidade comprava a vista um complexo para fabricar mamulhas, e mais, que o Bairro da Paragem, onde há residem milhares estava sendo prioridade nos serviços de limpeza e manutenção, enquanto bairros tradicionalmente carentes, com vários problemas de saneamento e saúde eram relegados a plano secundário, e mais, que a fábrica de mamulhas custava cinquenta e oito mil cruzados novos, encerrando a seguir sua fala. Em seguida, ocupou a tribuna o Senador José Inocêncio, iniciou sua fala, rebatendo críticas dirigidas ao Governo do Dr. Sarrá Saldanha, afirmando que ninguém fazia milagres com penneita dia e apenas de governo. Disse que reconhecia as dificuldades encontradas pelo Governo Sarrá Saldanha, mas que tinha fé, a fé cristã, a disposição de trabalho e a determinação que as dificuldades iniciais seriam vencidas, e que a Bancada do PFL não esmoreceria no sentido de estabelecer em Cabo Frio um Governo justo, adequando também a importância do Município e do seu povo. Colocou também em seu pronunciamento que um dos objetivos principais do Governo Sarrá Saldanha era o de praticar uma política nacional justa para com os servidores do Município, mas que antes muitas irregularidades obrigató-

riamente tinham que serem corrigidas. Com relação ao duodécimo que ainda não havia sido recebido pela Câmara, referente ao mês de março, motivo de críticas do Vereador Giren Benna de Siqueiredo, disse ter em mãos levantamento do período em que o Vereador de PNEB havia sido Presidente da Câmara, afirmando que em nenhum mês de seu mandato o duodécimo havia sido recebido regularmente, e que assim sendo não tinha o direito de criticar a Mesa Executiva ou ao Prefeito. Prosseguiu, disse que o atraso da remessa do duodécimo devido a Câmara não era certeza, mas que problemas circunstanciais causavam tal transtorno, o que brevemente seria solucionado. Atendendo a solicitação do Vereador Waldemar Rodrigues de Focenda, em aparte, o orador procedeu a leitura do relatório referente ao recebimento do duodécimo no período de exercício da Presidência pelo Vereador Giren Benna de Siqueiredo. Encerrou sua fala, dizendo da certeza quanto a futuro proficua tanto para a Câmara como para o Governo Municipal e que todos podiam cobrar suas anuidades. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente transportou os trabalhos a ORDEM DO DIA. Nesta etapa, foram apreciadas as seguintes matérias:

• Foi encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça o Projeto de Resolução nº 003189, de autoria do Vereador Waldemar Rodrigues de Focenda. Foram aprovados os Requerimentos nºs. 37, 38, 39, 40, 41, 89. Foram aprovadas as Indicações: 14, 15, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27 e 28/89. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião em nome de Deus. E, para constar, mandou que se lavrasse esta Ata que depois de lida, rubricada e apreciada plenária, aprovada, será anexada, para que produza os seus efeitos legais.

[Handwritten signatures]

Ata da Quinta Reunião Ordinária do Primeiro Período Ordinária do ano de mil e novecentos e oitenta e nove (1989), realizada no dia quatorze de março do ano em curso.

Do dezesseis horas do dia quatorze de março